



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

A HABITAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA RECENTE: entre o sonho, o marketing e a realidade.

Lúcia Camargos Melchiors¹

Resumo

Atualmente a questão da habitação social tem sido amplamente discutida no Brasil. Nos últimos anos observa-se que essa questão foi fortemente influenciada pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e pela Copa do Mundo de 2014. Desta forma, propõe-se uma reflexão sobre a temática a partir do uso da História Cultural e do método da montagem proposto por Walter Benjamin, através de discursos e representações, material publicitário oficial e charges sobre o tema. Percebe-se que a habitação social tem sido utilizada como instrumento que vai muito além do interesse de solucionar os problemas habitacionais, sendo um instrumento de marketing governamental. Ao mesmo tempo, constata-se que, contrariamente ao defendido pelo discurso da política pública, direitos e garantias à Moradia foram desrespeitados em virtude do megaevento da Copa do Mundo.

Palavras-chave Habitação social, Programa Minha Casa, Minha Vida, Megaeventos, Charges políticas, História Cultural.

Introdução

Atualmente a temática da habitação social tem sido amplamente discutida no Brasil. Pela primeira vez na história mundial, observa-se que a população residente em centros urbanos ultrapassa à que vive em áreas rurais. Inserido neste contexto, o Brasil tem hoje mais de 85% da população vivendo em cidades (BRASIL, 2011a). Tal situação é agravada pelo processo de desenvolvimento excludente e desigual de nossa sociedade (MARICATO, 2011) acarretando elevado déficit habitacional e significativos problemas sociais. Em 2010, o déficit habitacional Brasileiro era de 6.940.691 domicílios (FJP, 2013) demonstrando a gravidade do problema.

Nos últimos anos, observa-se também uma retomada dos investimentos públicos na área da habitação social e a construção de uma política habitacional, a partir de 2004 (BRASIL, 2004), voltada em especial a esta população de mais baixa renda familiar e com elevada necessidade de auxílio.

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR / UFRGS, Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIN e da UNIVATES, Arquiteta integrante do DEMHAB / Gravataí. Mestre em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR / UFRGS e Especialista em Patrimônio Cultural em Centro Urbanos – UFRGS. E-mail: luciacmelchiors@gmail.com.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

Recentemente, a questão da habitação social brasileira tem sido influenciada por dois fatores: o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e a Copa do Mundo de 2014. O primeiro recebe significativo aporte de recursos públicos, e representa hoje a principal estratégia governamental de provisão habitacional a fim de possibilitar a redução do déficit brasileiro, tendo sido criado também para impulsionar o crescimento econômico do país. O segundo acarretou uma série de alterações no espaço urbano das cidades que sediaram os jogos da Copa do Mundo de 2014, a fim de possibilitar a implantação dos equipamentos esportivos e demais adequações necessárias na estrutura urbana para o recebimento do megaevento.

Considerando-se essas duas influências, o presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão sobre a temática da habitação social brasileira a partir do uso de discursos e representações referentes a essa, analisando e explicitando o que está escondido sob o discurso oficial, mas visível nas críticas dos leitores privilegiados da cidade (PESAVENTO, 1995b). Parte-se do pressuposto de que a habitação é uma necessidade social e argumenta-se que a mesma tem sido utilizada como instrumento que vai além do interesse de atendimento e resolução social, servindo como instrumento de marketing governamental, através da política pública do PMCMV. Ao mesmo tempo, em virtude do megaevento da Copa, e contrariamente ao defendido pelo discurso da política pública, a população a qual se destina às moradias de baixa renda foi, diversas vezes, desrespeitada no que se refere à garantia do direito à moradia.

Como referências teórico-metodológicas utilizaram-se a pesquisa bibliográfica aliada à descrição e interpretação dos processos sociais e urbanos fazendo uso da História Cultural, que estimula o uso de novos olhares e abordagens sobre a realidade, pois expõe que não existem verdades absolutas (PESAVENTO, 1995a). Uma vez que as práticas sociais podem ter representações contraditórias, e em confronto, a História Cultural se propõe a estudar o fenômeno urbano através de suas representações, ou seja, de seus discursos e imagens, permitindo, assim, a articulação de diferentes olhares sobre a história e os processos urbanos (SOTANA, 2011).

Optou-se pela pesquisa bibliográfica apoiada no uso de material publicitário oficial e de charges, obtidas em mídia eletrônica, em sites dos próprios chargistas ou de



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

movimentos sociais, visto que este meio de divulgação tem sido amplamente utilizado atualmente. Seguindo o método da montagem proposto por Benjamim (PESAVENTO, 2004), a partir do qual, pela desmontagem e remontagem dos fragmentos do urbano, obtidos através de imagens de representação coletiva e textos, as fontes são contrastadas com o intuito de revelar novos significados. (PESAVENTO, 1995a).

Pretende-se, assim, mostrar outros olhares sobre os processos do Programa Minha Casa, Minha Vida e da Copa de 2014 que envolveram a questão da moradia. Na organização deste trabalho, primeiramente são apresentados os conceitos de história cultural e discutidas suas formas de representação e a seguir exibidas as análises sobre o PMCMV e a Copa do Mundo, suscitando questionamentos e considerações sobre os mesmos.

História cultural: discursos e imagens como formas de representação

A nova história cultural, marcando uma mudança em relação à posição cientificista de séculos passados e em oposição às concepções positivistas de uma história factual, política e diplomática, trabalha com a ausência de verdades absolutas, estimulando o uso de novos olhares e abordagens sobre a realidade (PESAVENTO, 1995a). Busca-se assim resgatar os sentidos conferidos ao mundo que são manifestados em discursos, imagens, coisas, práticas; e passa-se a ter como novos objetos de estudo: mentalidades, valores, crenças, mitos, representações coletivas, traduzidas na arte, literatura, formas institucionais (PESAVENTO, 1995a). Nesse sentido, segundo Chartier (1990, p19) pode-se pensar uma história cultural como:

[...] uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos - ou, por outras palavras, das representações do mundo social - que à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse.

Assim, história cultural trabalha com as representações individuais e coletivas que os homens constroem sobre o mundo. Essas representações, por sua vez, são elaboradas por diferentes grupos e agentes sociais e nem sempre são harmoniosas. São diferentes visões de mundo e nada tem de imparcialidade e inocência, pelo contrário,



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

estão a serviço dos grupos que as produzem. Neste sentido, seu estudo é relevante, pois "permite penetrar de outra forma nas sociedades, sobretudo por permitir considerar que as práticas geram representações contraditórias e em confrontos, pelas quais os indivíduos ou grupos dão sentido ao mundo" (SOTANA, 2011, p. 1002).

Imagens e discursos são formas de representação. Pesavento (2002) assinalava que essas não são exatamente a realidade, mas se colocam no lugar desta, como expressão de utopias, percepção de emoções e sentimentos:

O discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estáticos da realidade social, podem vir a ser instrumentos de constituição de poder e transformação da realidade. Concluindo, a representação do real, ou o imaginário, é em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo (PESAVENTO, 1995a, p. 18)

O imaginário se desenvolve através da captação de imagens, que, como expressões do pensamento, geram uma representação da realidade (PESAVENTO, 1999). O discurso e as imagens, assim, podem ser usados como instrumentos de constituição de poder e de construção e transformação de uma realidade.

Discursos e representações sobre a habitação social brasileira podem, portanto, ser importantes instrumentos para a reflexão sobre o momento atual. Serão discutidos dois processos atuais que envolvem a temática, comparando distintas formas de representações que os ilustram, possibilitando a leitura de diferentes olhares e discursos produzidos pelos agentes e grupos envolvidos.

Para embasar este estudo utilizou-se como fonte de pesquisa material publicitário oficial e charges políticas, fruto do olhar do que se pode entender por leitores privilegiados da cidade (PESAVENTO, 1995b). Fotógrafos, desenhistas, cartunistas e chargistas são importantes agentes produtores de sentido social, visto que tem papel fundamental na mediação entre os mundos da cultura e da política (MAUAD, 2008). As charges são ilustrações de cunho satírico que aparecem como "textos visuais" relacionados a fatos e acontecimentos políticos com o objetivo de elaborar um "comentário crítico", relacionando personalidades do mundo político aos fatos e acontecimentos específicos (SOTANA, 2011). Conforme salientado por Sotana (2011, p. 1002) "o chargista relata e comenta os temas políticos, sendo que sua criação



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

transforma-se num instrumento político, um meio de expressão de idéias e de demonstração da sua relação com grupos, projetos e partidos políticos”.

As charges são, portanto, um tipo de produção que gera representações do real, não como uma “apresentação do real concreto” (SOTANA, 2011, p. 1002), mas como um meio de expressão e demonstração da realidade, como se discutirá na seqüência.

Entre o sonho e a realidade da casa própria: estratégias de divulgação e questionamentos ao PMCMV

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (Ítalo Calvino, 1990).

A cidade contemporânea é complexa. Produto da interação entre diferentes agentes (CORREA, 2012; BOTELHO, 2007) é ao mesmo tempo o local de encontro e de sociabilidades, mas também onde se manifestam os diversos conflitos humanos. As políticas públicas refletem este contexto, bem como a diversidade de interesses existentes em nossa sociedade (ALVIM; CASTRO, 2010).

Lançado em 2009, pelo Governo Federal, o Programa Minha Casa, Minha Vida PMCMV propõe-se a reduzir o déficit habitacional no Brasil a partir da produção de cerca de 3 milhões de novas unidades habitacionais em cinco anos (2009-2014). Para sua implementação o Programa foi dividido em diferentes modalidades, definidas conforme o porte do município atendido e a faixa de renda da família beneficiada².

O PMCMV foi uma das principais ações do governo frente à crise econômica internacional de 2008 (ARANTES; FIX, 2009). Prevê a destinação de recursos públicos à iniciativa privada para que esta promova a construção de unidades habitacionais para famílias com renda de zero a R\$5.000. Com ele o Governo procurou

² O PMCMV é composto por dois subprogramas: o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR e o Programa Nacional de Habitação Urbano – PNHU. O segundo é dividido em quatro modalidades: Oferta Pública (destinada a municípios com população até 50mil habitantes), Entidades (destinada à produção habitacional associativa, via cooperativas, sindicatos e entidades sem fins lucrativos), Empresarial/ FAR: destinada à produção pelo mercado imobiliário para famílias com renda até RS 1.600,00 (Faixa 1) e Empresarial / FGTS: destinada á produção pelo mercado imobiliário para famílias com renda entre R\$ 1.600,00 a R\$ 5.000,00 (Faixas 2 e 3). Para maiores informações sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida ver: MELCHORS, 2014.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção, aumento da criação de empregos e de investimentos no setor da construção (ARANTES; FIX, 2009; CARDOSO, 2011).

O Programa reforça a ideologia da casa própria como objeto a ser alcançado. Em seu material de divulgação oficial observa-se no discurso que a casa própria é colocada como “sonho” a ser alcançado. Exalta-se ainda a esperança no desenvolvimento do país e a importância da geração de renda e empregos, oportunizados pelo programa, e uma imagem de “progresso” e articulam-se essas idéias à proposta de redução do déficit habitacional. Na Figura 1 estas questões aparecem de forma clara no material publicitário do Programa, conforme descrito em alguns dos cartazes: “*Minha Casa, Minha Vida 1 milhão de Casas: Crédito, emprego, benefícios e esperança para os brasileiros*” ou em outro “*Moradia para as famílias. Renda para os trabalhadores. Desenvolvimento para o Brasil*”.

Figura 1: Material publicitário do Programa Minha Casa, Minha Vida.



Fonte: <http://www.cidades.gov.br> e <http://www.caixa.gov.br>.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

O discurso sedutor do Programa, inserido em uma sociedade de consumo, com crescentes facilidades de crédito e das formas de aquisição de moradia para a parcela da população de menor renda, tradicionalmente excluída do mercado imobiliário, retroalimenta o sonho da casa própria.

O vídeo promocional da segunda fase do programa – PMCMV 2, divulgado no blog do Planalto em junho de 2011, mantém o discurso de lançamento do Programa, destacando o sonho da casa própria e aludindo às mudanças (melhorias) do país, conforme pode ser observado no trecho abaixo transcrito do vídeo:

[...]

É o meu sonho realizado. É a minha vida, é a minha casa.

[...] Um dia desse eu me mudei, fui só porque o Brasil mudou. A minha casa, a minha vida, o meu destino melhorou.

[...] Respeito é bom e a gente gosta Agora tudo tá melhor. Este é o país que a gente aposta, onde o trabalho tem valor.

(Falas retiradas do vídeo de divulgação oficial do Programa Minha Casa, Minha Vida 2. Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/minha-casa-minha-vida-2-tera-dois-milhoes-de-novas-moradias-e-investira-r-1257-bilhoes-ate-2014/>.

O discurso de crescimento e das melhorias no país geradas a partir do PMCMV, entretanto, sofre críticas no sentido de significar uma "operação de marketing" (ARANTES; FIX, 2009) o que não é uma estratégia nova no contexto brasileiro, visto que já foi utilizada anteriormente no período do BNH (ARRETCHE, 1990, MEDEIROS, 2010). Neste sentido, Arantes e Fix (2009, p7) apontam:

O pacote habitacional e sua imensa operação de marketing retomam a "ideologia da casa própria" que foi estrategicamente difundida no Brasil durante o regime militar, como compensação em relação à perda de direitos políticos e ao arrocho salarial. Em diversas pesquisas de desejo de consumo dos brasileiros, em todas as faixas de rendimento, a casa própria aparece em primeiro lugar. Ao mesmo tempo, a casa própria, sobretudo para os trabalhadores que não tem como adquiri-la pelo salário, ao ser entregue pelo governo aparece como uma dádiva (ou um fetiche), um benefício que promove dividendos para todos os seus intermediários, dos empresários aos políticos. [...] Para os políticos, a operação de marketing se faz necessária para amplificar os dividendos eleitorais, pois grande parte do pacote ocorre no plano do imaginário, dada a disparidade entre a promessa e o atendimento previsto.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

O texto sugere uma disparidade entre o discurso e as ações implantadas pelo Programa. A produção de diferentes chargistas ilustra crítica semelhante e aponta o PMCMV como instrumento de marketing político nas eleições presidenciais do final de 2010, conforme ilustrado na Figura 2. A charge, intitulada "*Minha Casa, Minha Dilma*", retrata o então presidente Lula e a candidata à presidência Dilma e esboça a relação entre o processo eleitoral e os possíveis ganhos acarretados pelo programa habitacional, a partir de uma urna disposta como uma espécie de arapuca de passarinhos e o deslumbramento/ felicidade da população em relação às moradias.

Figura 2: Charges de cunho político relacionando o PMCMV às eleições presidenciais de 2010.



Chargista: Sinfronio, 07/06/2009

Fonte: <http://joaquimdepaula.com.br>

A referência ao fato do PMCMV ser usado como estratégia de marketing aparece de diferentes formas no olhar dos chargistas. Na Figura 3 são reproduzidas matérias que ilustram habitações construídas pelo Programa apenas como fachadas, sendo que ao fundo dessas são representadas situações precárias. A partir das imagens pode-se fazer uma alusão à continuidade da realidade existente, que fica escondida sob uma fachada, mas que serve bem aos holofotes da política.

Figura 3: Charges retratando construções do PMCMV como uma fachada

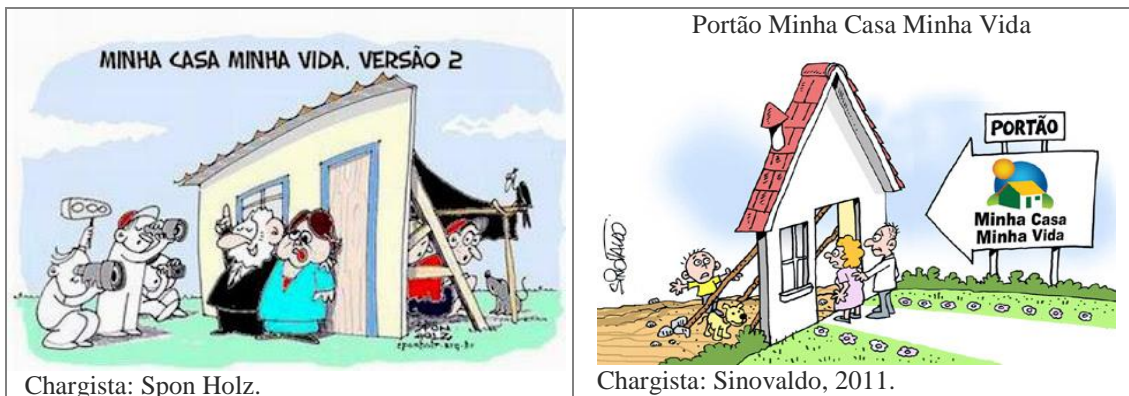


1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015



Chargista: Spon Holz.
Chargista: Sinovaldo, 2011.
Fonte: www.sponholz.arq.br e <http://blogdomarcelogomesfreire.wordpress.com/2011/05/25/portao-minha-casa-minha-vida/>

Entretanto, as principais críticas ao PMCMV não se referem ao fato de esse ser utilizado como instrumento político de marketing, mas às questões que não foram solucionadas ou aos problemas que são gerados por ele, entre essas às relacionadas às dificuldades de redução do déficit habitacional prioritário do país.

Figura 4: Charge retratando o baixo atendimento do PMCMV para a faixa de renda correspondente ao déficit prioritário.



Chargista: Sponholz, 2010
Fonte: www.sponholz.arq.br

No Brasil, em 2010, 91% do déficit habitacional estava concentrado nas famílias com renda de até três salários mínimos (BONDUKI, 2009), porém, desde a criação do Programa, essa faixa de renda não tem sido aquela que tem recebido a maior quantidade de empreendimentos (BONDUKI, 2009; ROLNIK, 2009; NASCIMENTO, 2011; MELCHIORS, 2014). A charge de Sponholz (ver Figura 4) faz alusão a essa dificuldade apresentando uma crítica à primeira fase do PMCMV. Com o título: "A Casa Caiu!!!"



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

relaciona o PMCMV denominando-o como: “*Minha Farsa, Minha Vida*” e descreve os poucos projetos executados na faixa que se concentra o déficit prioritário.

Essas charges ilustram situações que também aparecem nas críticas de pesquisadores do PMCMV e demonstram as reais dificuldades do Programa em solucionar o problema habitacional brasileiro.

O PMCMV deixa em segundo plano questões relativas à qualidade da habitação construída e apresenta dificuldades de articular, na prática, a habitação à escala urbana (NASCIMENTO; TOSTES, 2011; CARDOSO, 2011). Nesse sentido, é questionado no que se refere às “cidades” que estão sendo geradas a partir da implantação de seus empreendimentos (ROLNIK, 2012; ROLNIK, 2014). Rolnik (2012) reforça que: “Nosso déficit não é de casas, é de cidade” e “assinala que não há política para moradia, mas apenas uma política focada no setor imobiliário e financeiro” (ROLNIK, 2012).

Diferentes pesquisas apontam preocupações no que se refere à garantia do Direito à Cidade (LEFEBVRE, 1991), indicando que o PMCMV tem contribuído para a manutenção do padrão de segregação sócio espacial existente em nossas cidades (CARDOSO, 2011; NASCIMENTO; TOSTES, 2001; MELCHORS, 2014). Nesse sentido, o modelo proposto pelo Programa recebe duras críticas, pois centra no setor imobiliário o papel motor do processo:

[...] um programa habitacional que atende primordialmente aos interesses do setor privado, sem os vínculos necessários com uma política urbana e fundiária que lhe dê suporte, estimula, como efeito de seu próprio êxito, o aumento do preço dos imóveis da cidade e tem gerado péssimas inserções urbanas, correndo o risco de cristalizar, na velocidade alucinante das contratações, novos territórios de guetificação e segregação social (ROLNIK, 2014, p1).

Rolnik (2014) expõe tal consideração com base em pesquisa desenvolvida pela Rede Cidade e Moradia em 22 municípios brasileiros de 6 estados na qual os resultados apontam para problemas estruturais do Programa como a predominância de padrões de produção com forte homogeneização das soluções de projeto e das técnicas construtivas, sem considerar as características físicas dos terrenos ou das condições bioclimáticas dos



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

locais, criando um padrão de cidade segregada e sem urbanidade, uma vez que são mal servidas por transporte, infraestrutura e serviços urbanos adequados³ (ROLNIK, 2014).

A autora aponta ainda que o PMCMV tem sido utilizado como estratégia para viabilizar remoções forçadas, muitas vezes sem a justificativa de atender as necessidades habitacionais (ROLNIK, 2014). De forma semelhante, a Copa do Mundo realizada no Brasil em 2014, também contribuiu para remoções de comunidades e para a manutenção dos padrões de cidade excludente, como se verá a seguir.

Do Direito à Moradia às remoções: efeitos da Copa do Mundo no Brasil (2014)

Si o senhor não "tá" lembrado
Dá licença de "contá"
Que aqui onde agora está
Esse "edifício arto"
Era uma casa véia
Um palacete assombrado
Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímo nossa maloca
Mais, um dia
Nóis nem pode se alembra
Veio os homi c'as ferramentas
O dono mandô derrubá
Peguemo todas nossas coisas
E fumos pro meio da rua
Aprecia a demolição
[...]

Saudosa maloca, maloca querida,
Dim dim donde nós passemos os dias feliz de nossas vidas.
(Saudosa maloca - Adoniran Barbosa)

Já na década de 1950, a canção de Adoniran Barbosa, Saudosa Maloca, versava sobre o processo de "expulsão" das camadas de menor renda existente nas cidades brasileiras, dando lugar a parcelas com maior poder aquisitivo.

Quando se trata o tema da habitação deve-se considerar que essa, além de ser uma necessidade básica do ser humano, é uma mercadoria que demanda grande investimento de capital e que é complexa de ser produzida, visto que nesse processo são envolvidos diversos agentes com interesses diferenciados (HARVEY, 1980;

³ Estados englobados na pesquisa: Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), para mais detalhes ver: ROLNIK (2014).



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

BOTELHO, 2007). A produção habitacional tem impacto em diversos segmentos da sociedade: econômicas, sociais, políticas e legais. Além disso, está diretamente relacionada ao acesso à terra urbanizada e sua propriedade uma vez que para sua produção são necessários a combinação: edificação e terra (TOPALOV, 1979).

O direito à moradia é um direito constitucional. A Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal 10.257, Estatuto da Cidade, defendem o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade. Assim, a Política Nacional de Habitação, aprovada no país em 2004, definiu a habitação como um direito do cidadão e preconizou a inclusão social e a gestão participativa e democrática, visando a promoção de condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, visando, desta forma, contribuir para a inclusão social (BRASIL, 2004).

Entretanto, a produção da moradia social ilustra também as contradições existentes em nossa sociedade. Por um lado existe uma necessidade de atender ao elevado déficit habitacional existente no país, mas, ao mesmo tempo, existe uma grande dificuldade de acesso à terra e à moradia, relacionando-se a questão ao fenômeno de segregação espacial.

A Copa do Mundo, do Brasil (2014), acirrou este problema, contribuindo para a "expulsão" de parte da população de determinados locais da cidade. Durante o período, diversas críticas foram feitas em relação às tentativas de remoções de comunidades consolidadas, com a justificativa de possibilitar a execução das obras necessárias à realização do megaevento⁴. As charges da Figura 5 retratam essas tentativas, que tiveram como justificativa o megaevento. Percebem-se pela sua denúncia as tentativas de deslocamento de uma determinada parcela da população de alguns espaços da cidade, ou seja, de expulsão dessa população à periferia.

⁴ Raquel Rolnik relatora da ONU relatou em diversas entrevistas situações ocorridas no Brasil e em outros países que sediaram os megaeventos da COPA. Para mais informações ver: <http://raquelrolnik.wordpress.com> ; <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/08/06/relatora-da-onu-denuncia-ilegalidades-em-remocoes-da-copa-olimpiadas-396854.asp>; <http://raquelrolnik.wordpress.com/2010/06/07/kicked-out-for-the-cup/>; <http://www.viomundo.com.br/entrevistas/raquel-rolnik-removidos-pelos-megaeventos-sao-os-ultimos-a-saber.html>. Os cartunistas Leandro Doró e Eugênio Neves, por exemplo, fizeram séries de charges relatando as situações de remoções relacionadas ao megaevento da Copa do Mundo de 2014. Para acesso a material complementar ver: www.comitepopular-copapoa2014.blogspot.com.br; www.poavive.wordpress.com; <http://somosandando.com.br/>.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE

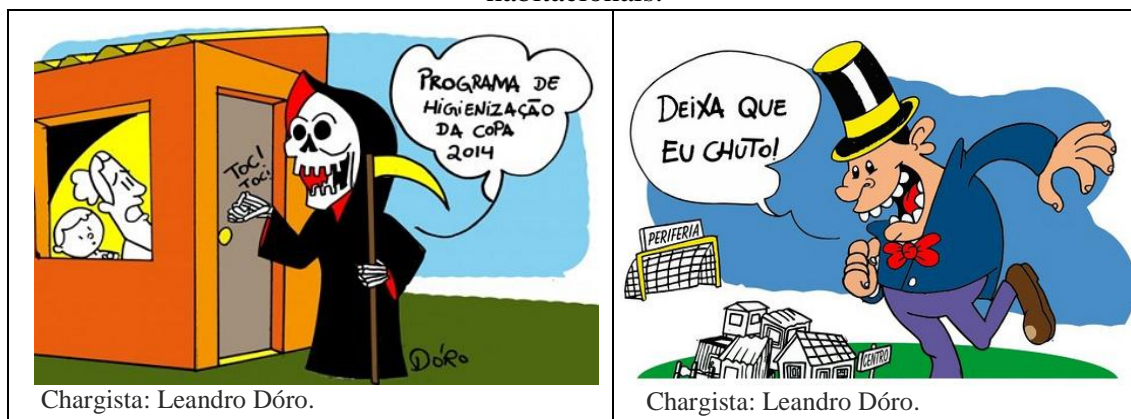


SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

A leitura das charges chama a atenção para a ausência de possibilidades de negociação dessa população, visto que as alterações na cidade e as remoções eram justificadas em virtude da necessidade de realização do megaevento. A primeira charge traz o dizer de “Programa de Higienização da Copa 2014” fazendo alusão às remoções como forma de “limpeza” da cidade de parte da população. Já na segunda, percebe-se que a situação de remoção para a periferia ilustra ainda a “diferença” de força entre os diversos agentes envolvidos no processo, o que se pode perceber pelo exagero do tamanho do personagem em relação ao das moradias.

Figura 5: Charges relacionando a Copa do Mundo de 2004 a remoções de áreas habitacionais.



Fonte: 1ª: <http://movimentocontestacao.blogspot.com.br/>; 2ª: www.direitoamoradia.org

As representações apresentadas até aqui demonstram os conflitos de interesses que perpassam a questão da habitação social brasileira nos últimos anos e demonstram questões ainda precisam ser enfrentadas neste tema. Longe de pretender concluir, este trabalho espera, a partir dos dados aqui apresentados, contribuir com o debate das formas de se pensar a questão da habitação social nas cidades brasileiras.

Considerações

Ao longo da história diversos significados foram sendo incorporados à habitação. Desde os abrigos primitivos associados ao sentido de teto, alojamento e local de refúgio e proteção, defesa e autonomia de seus ocupantes contra ameaças externas e intempéries (CORREIA, apud MIRON, 2008) até ser considerada como uma mercadoria (HARVEY, 1980).



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

Na sociedade brasileira a habitação social é uma necessidade extrema, visto o elevado déficit habitacional e os problemas sociais existentes no País. Apesar disso, percebe-se que o tema não tem sido tratado pelos Governos com a devida preocupação que demanda, pois se observa a existência de políticas públicas e de fenômenos que tem contribuído para que o direito à moradia não seja uma realidade.

Hoje se percebe que habitação social tem sido utilizada como instrumento que vai muito além do interesse de solucionar problemas existentes da nossa sociedade. Ela tem sido um instrumento de marketing político e um mecanismo para justificar a manutenção de um padrão de cidade excludente, com remoções forçadas e contrariando o proposto pelo discurso do PMCMV e pela Política Nacional de Habitação.

Diante destes processos cabem os questionamentos de que lugares estão sendo destinados às habitações sociais nas cidades brasileiras? E ainda, que projetos de cidade estão sendo criados atualmente a partir das políticas habitacionais?

Este trabalho aponta alguns questionamentos, possibilitados pela análise das diferentes representações, discursos e imagens que permitem a leitura de situações existentes a partir de outro olhar, a fim de buscar o que está, algumas vezes, escondido sobre o discurso oficial. Busca-se, desta forma, provocar uma reflexão sobre os fenômenos e a produção habitacional social atual brasileira.

Procurou-se realizar uma breve reflexão sobre os dois fenômenos que influenciam a questão da habitação social recentemente no Brasil, o PMCMV e a Copa do Mundo de 2014. Espera-se poder contribuir para o debate da habitação social, o qual se faz cada vez mais urgente na busca de alternativas que encaminhem de forma mais ampla e democrática as graves questões que o envolvem, ainda, no Brasil de hoje.

Referências

- ALVIM, A. T. B.; CASTRO, L. G. R. de (org). **Avaliação de Políticas Urbanas. Contexto e Perspectivas**. São Paulo: Mackenzie; Romano Guerra, 2010.
- ARANTES, P. F.; FIX, M. Minha Casa, Minha Vida, o pacote habitacional de Lula: Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. **Correio da Cidadania**. 2009. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br>. Acessado em Set. 2011.
- ARRETCHE, M. Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. X, n. 31 1990. p. 21-36, 1990.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

- BOTELHO, A. **O Urbano em Fragmentos: A Produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; Fapespe, 2007.
- BONDUKI, N. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida. **Teoria e Debate**. n° 82. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. maio/junho, 2009.
- Botelho, A. **O Urbano em Fragmentos: A Produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; Fapespe, 2007.
- BRASIL. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Política Nacional de Habitação. Brasília: Ministério das Cidades, Caderno n°. 4. Novembro, 2004.
- BRASIL. **IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em maio de 2011.
- BRASIL. **MINISTÉRIO DAS CIDADES**. Governo lança segunda etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida. Disponível em http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1031:governo-lanca-segunda-etapa-do-programa-minha-casa-minha-vida-&catid=34:noticias&Itemid=61. Acessado em julho de 2011.
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARDOSO A. L. et al. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14. Anais ANPUR. Rio de Janeiro, 2011.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural - Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CORREA, R. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.
- HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes Ltda, 1991.
- MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.
- MAUAD, A. Foto-Ícones, A história por detrás das imagens? Considerações sobre a narratividade das imagens técnicas. In: RAMOS, A.; PATRIOTA, R.; PESAVENTO, S. (org.) **Imagens na História**. São Paulo: Hucitec, 2008, v1, p. 31-66
- MIRON, L. **Gerenciamento dos Requisitos dos Clientes de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social: proposta para o Programa Integrado Entrada da Cidade em Porto Alegre/RS**. 2008. 350 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MEDEIROS, S. R. F. Q. **BNH: Outras perspectivas**. Anais da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal, novembro de 2010.
- NASCIMENTO, D.; TOSTES, S. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. **Arquitextos**, São Paulo, 12.133, Vitruvius, jun 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário**. Ver. Brás. de Hist. São Paulo, vol. 5, n° 29, p. 9-27, 1995.
- PESAVENTO, S. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 279-290.



1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE



SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre, 9 a 11 de março de 2015

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. 1. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: Lugares no tempo, momentos no espaço. **ArtCultura**. Uberlândia_MG, vol.4 , nº 4, p.23-35, junho 2002.

PESAVENTO, S. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROLNIK, R. "Nosso déficit não é de casa, é de cidade". 2012. São Paulo: **Brasil de Fato**. Entrevista concedida. disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/10961>

SOTANA, E. Representações jornalísticas sobre o início da guerra fria: um estudo das charges veiculadas na Folha da Manhã (1946-1947). In: **III Encontro Nacional de Estudos da Imagem**, maio de 2011, Londrina: UEL, 2011, p. 1001-1008.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

VILLACA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 25, n. 7

SOTANA, E. Representações jornalísticas sobre o início da guerra fria: um estudo das charges veiculadas na Folha da Manhã (1946-1947). In: **III Encontro Nacional de Estudos da Imagem**, maio de 2011, Londrina: UEL, 2011, p. 1001-1008.